



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

TERMO ADITIVO Nº 03 AO CONTRATO TRE-RO N. 08/2020.

TERMO ADITIVO N. 03 AO CONTRATO TRE-RO N. 08/2020

PROCESSO SEI TRE-RO [0002624-96.2019.6.22.8000](#)

PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO N. 10/2020

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 08/2020, QUE ENTRE SI FAZEM A UNIÃO, ATRAVÉS DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA., REFERENTE À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA COMPLEMENTAR À JUSTIÇA ELEITORAL DE RONDÔNIA.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG *****.893-SSP/RO** e CPF *****.106.849-***, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e a empresa **UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o n. 05.657.234/0001-20, com sede na Av. Carlos Gomes, 1259, Centro, CEP: 76.801-109, em Porto Velho/RO, Telefone (s): (69) 3217-2008, (69) 3217-2043 e (69) 3217-2000, E-mail(s): quivia@unimedportovelho.coop.br e admcontratos@unimedportovelho.coop.br, neste ato representada pelo Senhor **SALEH MAHMOUD ABDUL RAZZAK**, Presidente da Unimed Rondônia, brasileiro, Médico, portador da Carteira de Identidade RG *****0984/SSP-RO** e CPF *****.080.002-***, e pelo Senhor **ROBSON JORGE BEZERRA**, Diretor Administrativo, brasileiro, Médico, portador da Carteira de Identidade RG *****.076, SSP/PB**, CPF *****.534.004-***, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, com base nos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

dados constantes na Informação 49/2023/SAMES, de 21/03/2023 (evento [0990081](#)) e considerando o Ato de Autorização constante no DESPACHO Nº 480/2023-GABDG, de 08/05/2023 (evento [1006249](#)), celebram, mediante acordo entre as partes, o presente termo aditivo, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I - Prorrogar o prazo de vigência do Contrato n. 08/2020 (evento [0542815](#)) por mais 12 (doze) meses, a contar de 17/06/2023 até 16/06/2024.

II - Alterar a Cláusula Décima Nona do Contrato nº. 08/2020 (evento [0542815](#)), para a inclusão da cláusula “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO, e a **acrescentar** a Cláusula Vigésima, para constar a cláusula “DO FORO”, que passarão a vigorar com as seguintes redações:

[...]

DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - As partes deverão cumprir a Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou da contratação administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa;

II - Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei;

IV - A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todas as contratações de suboperação firmadas ou que venham a ser celebradas pelo Contratado;

V - Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do Contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações;

VI - É dever do Contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD;

VII - A CONTRATADA deverá exigir dos eventuais suboperadores/subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância; (quando for o caso de subcontratação);

VIII - O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados; (se exigível);

IX - A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado;

X - Bancos de dados formados a partir de contratações administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos, sendo que:

a) os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

XI - A contratação está sujeita a ser alterada nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD; e

XII - As contratações e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

DO FORO

(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

[...]

Subcláusula Primeira – A Contratada anuiu com a prorrogação supramencionada, conforme consta no Ofício 13/2023 - UNIMED/AIN (evento [0987449](#)).

Subcláusula Segunda – O reajuste devido será apurado e concedido oportunamente à Contratada, conforme indicado na Informação n. 49/2023/SAMES, evento [0990081](#), do Processo correspondente.

Subcláusula Terceira - O histórico desta contratação consta no anexo I deste instrumento.

DO VALOR

(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor total deste Termo Aditivo está estimado em **R\$ 5.203.711,86** (cinco milhões duzentos e três mil setecentos e onze reais e oitenta e seis centavos), conforme detalhamento a seguir:

Faixa etária	Quantidade de usuários indicada no contrato original	Valor unitário/Per capita com 1º reajuste (1ª Apostila, evento 0715866), em R\$	Valor mensal com 1º reajuste (1ª Apostila, evento 0715866), em R\$	Valor anual com 1º reajuste (1ª Apostila, evento 0715866), em R\$	IPC A - junho /2021 a maio/ 2022 **	Diferença unitária referente ao 2º reajuste	Valor unitário/Per capita com 2º reajuste (2ª Apostila), em R\$	Valor mensal com 2º reajuste (2ª Apostila), em R\$	Valor anual com 2º reajuste (2ª Apostila), em R\$
0-18	167	288,44	48.169,82	578.037,80	11,73 %	33,83	322,27	53.819,76	645.837,12

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

19-23	28	334,27	9.359,51	112.314,10	11,73 %	39,21	373,48	10.457,44	125.489,24
24-28	13	384,57	4.999,38	59.992,57	11,73 %	45,11	429,68	5.585,84	67.030,09
29-33	33	437,97	14.452,96	173.435,54	11,73 %	51,37	489,34	16.148,35	193.780,18
34-38	69	509,89	35.182,41	422.188,87	11,73 %	59,81	569,70	39.309,31	471.711,68
39-43	56	591,03	33.097,59	397.171,11	11,73 %	69,33	660,36	36.980,04	443.760,45
44-48	37	716,26	26.501,77	318.021,30	11,73 %	84,02	800,28	29.610,26	355.323,12
49-53	41	928,85	38.082,92	456.994,98	11,73 %	108,95	1.037,80	42.549,97	510.599,62

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

54-58	27	1.293,38	34.921,13	419.053,54	11,73 %	151,7 1	1.445,09	39.017, 52	468.2 10,29
59 ou mais	83	1.727,10	143.349,06	1.720.188,70	11,73 %	202,5 9	1.929,69	160.16 4,17	1.921 .970, 07
Totais	554		388.116,54	4.657.398,50				433.64 2,65	5.203 .711, 86
Valor Mensal estimado					01 MÊS		433.642,65		
Valor Anual estimado					12 MESES		5.203.711,86		

Fonte: Apostila n. 02/2022 ao Contrato 08/2020 (evento [0860958](#) do Processo SEI respectivo).

Subcláusula Primeira - O valor das despesas e os quantitativos de usuários deste aditivo são estimados, podendo sofrer oscilações decorrentes das inclusões e exclusões de usuários durante sua execução, na forma regulamentar, conforme estabelecido no contrato originário.

Subcláusula Segunda - As despesas com a execução do presente Termo Aditivo correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa: 33.90.39, consoante Nota de Empenho 2023NE000029, de 09/05/2023 - Reforço (evento 1008421), a ser reforçada durante a vigência contratual, caso necessário.

Subcláusula Terceira – O valor atualizado deste contrato, para fins de eventual cômputo do limite máximo dos possíveis acréscimos e supressões permitidos legalmente (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010–Plenário), continua sendo de R\$ 5.203.711,86, conforme detalhado no Anexo I deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DA GARANTIA

(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA TERCEIRA – Para assegurar a plena execução deste instrumento, a CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da assinatura deste termo aditivo, complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo, no valor de **R\$ 260.185,59** (duzentos e sessenta mil cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade durante o novo prazo de vigência contratual, consoante regras estabelecidas na Cláusula Nona do Contrato originário.

DO FUNDAMENTO LEGAL

(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no art. 57, II, e no art. 60, ambos da Lei n. 8.666/93, e na Cláusula Sétima do Contrato originário.

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Originário e não alteradas pelos aditivos e apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Art. 61 da Lei 8.666/93)

(Artigo 61, Parágrafo único, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEXTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61 da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, maio de 2023.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pelo Contratante	
SALEH MAHMOUD ABDUL RAZZAK Pela Contratada	ROBSON JORGE BEZERRA Pela Contratada
Aldací Souza Mota CPF: ***.504.772-** Testemunha	Luciano da Silva Santos Braga CPF: ***.434.482-** Testemunha

**ANEXO I DO TERMO ADITIVO N. 3 AO CONTRATO N.
08/2020/TRE-RO**

HISTÓRICO DA CONTRATAÇÃO

**Valor inicial do Contrato, mais valores e informações dos
aditivos/apostilas:**

Contrato/Aditivo/Apostila (Objetos, valores, datas de assinatura e de vigência)	Valor inicial do contrato e valor de cada aditivo/apostila	Percentual de acréscimo/supressão de cada aditivo realizados nesta contratação (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato 08/2020 (assinado em	R\$ 4.310.207,96	-

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09/06/2020) – Volume VI do PA respectivo (evento n. 0542815) Vigência de 12 meses, a contar de 16/06/2020 até 16/06/2021. (Garantia: R\$ 215.510,40)		
1º Termo Aditivo (assinado em 10/06/2021) – Volume VIII do PA respectivo (evento n. 0699858) Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 17/06/2021 até 16/06/2022 (Garantia: R\$ 215.510,40)	R\$ 4.310.207,96	-
1ª Apostila (assinada em 15/07/2021) – Volume X do PA respectivo (evento n. 0715866) 1º reajuste de 8,055%, partir de maio/2021, referente ao IPCA acumulado no período de 2020/2021 (R\$ 347.190,54); (Garantia: R\$ 17.359,53)	R\$ 347.190,54	-
2º Termo Aditivo (assinado em 25/05/2022) – Volume XI do PA respectivo (evento n. 0834072). Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 17/06/2022 até 16/06/2023. (Garantia: R\$ 232.869,92)	R\$ 4.657.398,50	-
2ª Apostila (assinada em 18/07/2022) – Volume XIV do PA respectivo (evento n. 0860958) 2º reajuste de 11,73%, a partir de maio/2022, referente ao IPCA acumulado no período de 2021/2022 (R\$ 546.313,36); (Garantia: R\$ 27.315,67)	R\$ 546.313,36	-



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3º Termo Aditivo (assinado em ____/05/2023) – Volume XVI do PA respectivo (evento n. 1008501). I - Prorrogação por mais 12 meses, a contar de 17/06/2023 até 16/06/2024; e II - Alteração e inclusão de Cláusula contratual. (Garantia: R\$ 260.185,59)	R\$ 5.203.711,86	-
-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------	---

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA FINS DE EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 - Plenário.	R\$ 5.203.711,86
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS/SUPRESSÕES REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO (Em relação ao valor inicial atualizado contrato – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.)	0,00%



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/05/2023, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **SALEH MAHMOUD ABDUL RAZZAK, Usuário Externo**, em 23/05/2023, às 11:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON JORGE BEZERRA, Usuário Externo**, em 23/05/2023, às 18:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA**, Técnico Judiciário, em 25/05/2023, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS**, Auxiliar Administrativo(a), em 25/05/2023, às 11:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1008501** e o código CRC **B4763B1F**.

0002624-96.2019.6.22.8000

1008501v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002624-96.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SAMES/COEDE

ASSUNTO: Análise - Minuta de Termo Aditivo – Objeto: Prestação de serviços de assistência à saúde – Contratada: **UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA.**

PARECER JURÍDICO Nº 86 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **UNIMED PORTO VELHO**, CNPJ n. **05.657.234/0001-20**, para prestar serviços de assistência médica, ambulatoria e laboratorial complementar, em caráter emergencial e eletivo, em âmbito nacional, na modalidade coletiva empresarial, dimensionada para 12 (doze) meses, a partir de 16/06/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 08/2020 (0542815)**, atualmente em execução com termo final em 16/06/2023, conforme anotado na Cláusula Primeira do Termo Aditivo n. 02 ([0834072](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Na manifestação n. 8/2023 ([0991135](#)), a **SAMES/COEDE**, na condição de unidade gestora do contrato, manifestou-se pela prorrogação do contrato por mais 12 (doze) meses, assim justificando a medida:

I - Que essa unidade gestora consultou a empresa no que diz respeito ao interesse em prorrogar o referido contrato por mais 12 (doze) meses, ou seja, a contar de 16/06/2023, de acordo com o evento SEI n. [0983689](#);

II - Que a **UNIMED PORTO VELHO**, CNPJ n. **05.657.234/0001-20**, concordou pela renovação do contrato por mais 12 (doze) meses, evento SEI n. [0987449](#);

III - Que após levantamento de valores referentes a contratos similares ao objeto (Evento [0990077](#) e [0990079](#)), verificou e os valores contratados continuam coerentes com o praticado no mercado, com base nos referenciais do TRE-SE e TRE-PR, demonstrando inequivocadamente vantajosidade econômica para a Administração;

IV - Que os serviços de assistência médica são de extrema importância para a manutenção e promoção da saúde dos servidores, **tornando-se imprescindível nas atuais circunstâncias pós pandemia.**

V - Ainda de acordo com a manifestação [0989589](#), esclareceu a unidade gestora que os preços supracitados estarão sujeitos a reajustes contratuais previstos.

03. Mediante o Despacho n. 671/2023 ([0993170](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou o processo à **COFC** para programação orçamentária; à **SECONT** para lavratura do termo aditivo contratual e a esta Assessoria para emissão de parecer jurídico.

04. Em cumprimento ao disposto no art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo art., ambos da LC nº 101/2000 – LRF, a SPOF informou que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro ([1000290](#)).

05. Por sua vez, a SECONT juntou a minuta do Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 08/2020 ([0997390](#)) e a encaminhou a esta unidade para análise e emissão de parecer jurídico.

É o necessário relato.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II – ANÁLISE JURÍDICA

2.1 DA PRORROGAÇÃO PRETENDIDA

06. Conforme relatado, na informação **SAMES/COEDE** n. 8/23 ([0990081](#)), a unidade gestora solicitou a prorrogação da avença firmada com a empresa **UNIMED PORTO VELHO**, por mais 12 (doze) meses, a partir de 16/06/2023. Verifica-se não haver óbices à pretensão da Administração.

07. A Lei n. 8.666/93, em seu art. 57, II, prevê que os contratos de serviços contínuos podem ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosa para a administração, limitada a 60 (sessenta meses). Veja-se:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – [...]

II – a prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas** para a Administração, limitada a sessenta meses. (sem grifo no original)

08. O primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, a prestação de serviços aqui tratada tem natureza contínua, já que não poderá sofrer interrupção sem prejuízo dos serviços da Justiça Eleitoral. Vejamos a classificação da Corte de Conta:

Serviços de natureza contínua são serviços auxiliares e necessários à Administração no desempenho das respectivas atribuições. São aqueles que, se interrompidos, podem comprometer a continuidade de atividades essenciais e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro. O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. São exemplos de serviços de natureza contínua: vigilância, limpeza e conservação, manutenção elétrica, manutenção de elevadores, manutenção de veículos etc. (*Manual de Licitações e Contratos 2010*, pág. 772).

09. Ressalte-se que **Contrato n. 08/2020** em análise admite expressamente a possibilidade de prorrogação. Veja-se:

DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO

(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA SÉTIMA – Este Contrato terá prazo de vigência e de execução por 12 (doze) meses, a contar de 16/06/2020, e poderá vir a ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, de acordo com o Art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, observado, ainda, os seguintes requisitos:

- a) prestação regular dos serviços;
- b) manutenção do interesse da Administração na realização do serviço;
- c) manutenção da vantajosidade econômica do valor do contrato para a Administração, comprovada por meio de pesquisa de mercado para serviços similares (arts. 3º e 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93); e
- d) concordância expressa da contratada pela prorrogação.

10. O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: ***“iguais e sucessivos períodos”***. Conforme se verifica pelo relato do gestor, está sendo solicitada a prorrogação do contrato por 12 (doze) meses, período idêntico àquele originalmente dimensionado no ajuste entre as partes. Mesmo que assim não fosse e houvesse solicitação de novo dimensionamento do período de vigência, também não haveria óbices legais a tal pretensão. O item **3 do ANEXO IX da IN SG/MPDG n. 005/17**, editada em conformidade com as orientações expedidas pelo Tribunal de Contas da União, já não reproduz essa condição atrelada à observância de iguais períodos para a vigência dos contratos nas prorrogações que se sucederam. Nesses atos deve prevalecer o interesse da Administração Pública no novo dimensionamento temporal combinado, certamente, à observância do prazo legal máximo ordinário de 60 meses.

11. Esse também é o entendimento pacificado na doutrina administrativista, ou seja, os períodos de prorrogações do contrato poderão ser diferentes do período inicial, desde que atendida, precipuamente, a finalidade pública, conforme leciona **Marçal Justen Filho** (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14ª edição. Ed. Dialética, São Paulo, 2010, p. 730).

É obrigatório respeitar, na renovação, o mesmo prazo da contratação original? A resposta é negativa, mesmo que o texto legal aluda a “iguais”. Seria um contrassenso impor a obrigatoriedade de prorrogação por período idêntico. Se é possível pactuar o contrato por até sessenta meses, não seria razoável subordinar a Administração ao dever de estabelecer períodos idênticos para vigência. Isso não significa autorizar o desvio de poder. Não se admitirá que a Administração fixe períodos diminutos para a renovação, ameaçando o contratado que não for simpático. (negritou-se)

12. Para afastar qualquer dúvida sobre o tema, tem-se ainda que a prorrogação por períodos diversos do inicialmente pactuado encontra abrigo expresso no **item 12, letra “c” do Anexo IX da IN SG/MPDG n. 005/17**, veja-se:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

12. Nos contratos de prestação de serviços de natureza continuada, deve-se observar que:

a) o prazo de vigência originário, de regra, é de 12 (doze) meses;

b) excepcionalmente, este prazo poderá ser fixado por período superior a 12 meses, nos casos em que, diante da peculiaridade e/ou complexidade do objeto, fique tecnicamente demonstrado o benefício advindo para a Administração; e

c) é juridicamente possível a prorrogação do Contrato por prazo diverso do contratado originalmente. (destacou-se).

13. Nesses termos, tem-se que o contrato **poderá ser prorrogado por 12 (doze meses), a contar de 16/06/2023, mantidas as demais condições e os termos atuais da contratação.**

14. O **terceiro e último requisito** que reside justamente na **vantajosidade** para a Administração com a prorrogação do ajuste. Conforme reiterada orientação jurisprudencial da **Corte de Contas Nacional**, devem ser aferidos por meio de **pesquisa atual de preços no mercado**. Veja-se:

Acórdão TCU 1913/2006 – 2ª Câmara:

1.1.1.7. Nas prorrogações de contratos, com ou sem repactuação de preços, observe como indispensável, a prática de consulta/pesquisa de preços de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a administração, na forma preconizada no art. 57, II, da Lei 8.666/93, bem como faça constar manifestação formal e fundamentada, nos casos de eventual discordância da autoridade administrativa ao parecer da área jurídica.

Acórdão TCU 740/2004 – Plenário:

[...] no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, instruir os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

15. Segundo registrado na informação n. 49/2023, ([0990081](#)), a unidade gestora da contratação demonstrou a vantajosidade da prorrogação contratual pretendida, pois os valores praticados no atual contrato encontram-se no mesmo patamar de similaridade dentre àqueles obtidos na pesquisas de preços ([0990077](#) e [0990079](#)), levada a cabo em órgãos similares ao TRE-RO no âmbito da Justiça Eleitoral.

16. Nesses termos, esta unidade jurídica verifica que foram cumpridos os requisitos objetivos estabelecidos pela legislação de regência e pelas regras contratuais, situação permissiva à prorrogação da avença na forma pretendida pelo gestor do contrato. Ressalte-se que há manifestação expressa da Contratada pela renovação do pacto ([0987449](#)).

2.2 DA ANÁLISE DA MINUTA DO TERMO ADITIVO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

17. Como relatado, juntou-se aos autos a minuta do 3º Termo Aditivo ao Contrato n. 08/2020 ([0997390](#)) para o registro da prorrogação pretendida pela unidade gestora. Após análise de seus aspectos formais, verifica-se que o referido instrumento contempla a contento as informações necessárias e suficientes ao propósito do ato sob exame neste parecer, motivo pelo qual conclui-se que está em **conformidade** com as regras do art. 55 da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua **aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara.**

18. Destaca-se na referida minuta:

I - Na **CLAUSULA PRIMEIRA**, a SECONT incluiu **alteração** na **CLÁUSULA DÉCIMA NONA** do contrato original para a inclusão da cláusula “**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**” disciplinada pela **Lei n. 13.709/2018** (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO e **acrescentar** a **CLÁUSULA VIGÉSIMA** para constar a cláusula “**DO FORO**”;

II - Previu na **CLAUSULA TERCEIRA** que a contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da assinatura deste termo aditivo, complementação de **GARANTIA** no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total deste Termo Aditivo, no valor de **R\$ 260.185,59** (duzentos e sessenta mil cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93, a qual deverá ter prazo de validade durante o novo prazo de vigência contratual, consoante regras estabelecidas na Cláusula Nona do Contrato originário.

19. Destarte, a referida minuta está apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – CONCLUSÃO

20. Nesses termos, considerando sobretudo a manifestação da unidade gestora ([0990081](#) e [0991135](#)) e o preenchimento dos requisitos legais indicados neste parecer, esta assessoria jurídica não encontra óbice na prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 08/2020 ([0542815](#)) celebrado com a empresa **UNIMED PORTO VELHO - CNPJ n. 05.657.234/0001-20**, por mais 12 (doze) meses, a partir de 16/06/2023, materializada em Termo Aditivo, com a necessária complementação da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

garantia, com fundamento no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93 e Cláusula Terceira do referido ajuste.

Registre-se, conforme já apontado no **item 4 deste parecer**, que há no processo a necessária comprovação da programação da despesa para o período da prorrogação pretendida ([1000290](#)).

21. Por fim, para cumprimento do **art. 38, Parágrafo único, da Lei n. 8.666/93**, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta juntada ao processo ([0997390](#)) estando o instrumento apto a produzir os efeitos desejados.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone Holanda, Assistente Jurídico**, em 18/04/2023, às 17:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO, Assessor Jurídico**, em 18/04/2023, às 17:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1000484** e o código CRC **B593FBBC**.

0002624-96.2019.6.22.8000

1000484v13



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002624-96.2019.6.22.8000

INTERESSADO: Seção de Assistência Médica e Social (SAMES)

ASSUNTO: Prorrogação contratual e concessão de reajuste pelo IPCA—
Contrato n. 8/2020 - Contratada: UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

COOPERATIVA MÉDICA LTDA. - Prestação de serviço de de serviços de assistência à saúde.

DESPACHO Nº 480 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, formalizou-se a contratação da empresa operadora de plano de assistência à saúde, UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA., CNPJ n. 05.657.234/0001-20, nos termos registrados no **Contrato Administrativo n. 08/2020** ([0542815](#)), que se encontra em plena vigência, conforme pactuado no Termo Aditivo n. 02 (evento [0834072](#)).

Mediante a Informação nº 98/2029 ([0990081](#)), a Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), unidade fiscal do referido contrato, noticia a proximidade do término da vigência do ajuste, bem como informa que a contratada vem prestando serviço de qualidade, com rápido atendimento às demandas da contratante, não havendo registro de falhas que tenham resultado em prejuízo à contratada ou ao beneficiário. Dessa feita, firmou o interesse na manutenção dos serviços.

Na aludida informação, a SAMES também registra nos autos a vantajosidade econômica com a prorrogação do ajuste, por meio de pesquisa de preços em contratos de plano de saúde em órgãos públicos (TRE-SE e TRE-PR) com empresas do ramo, conforme demonstrado no item “c” da mencionada Informação ([0990081](#)). Ao final, a unidade explica que o marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação do índice de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento que, no caso concreto, deu-se em 21 de maio de 2020, portanto, o índice correto a ser aplicado é o que será divulgado ao final do mês de maio de 2023.

Assim, para as tratativas de renovação da contratação, foram também juntados os seguintes documentos: a) ofício da unidade gestora da contratação à empresa contratada consultando a possibilidade da renovação contratual (eventos [0983689](#) e [0983798](#)); e b) resposta positiva da UNIMED PORTO VELHO para a prorrogação do ajuste, ao tempo em que requereu reajuste dos valores contratuais, com base na variação acumulada do IPCA e recomposição do desequilíbrio financeiro, caso seja apurado no mês oportuno ([0987449](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na sequência, os autos foram encaminhados à COEDE (gestora do contrato), a qual se manifestou favorável à renovação contratual ([0991135](#)).

Por sua vez, o Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade encaminhou os autos, concomitantemente, à Seção de Contratos – SECONT, para elaboração de minuta de termo aditivo; e à Assessoria Jurídica da Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade – AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico ([0993170](#)).

A SECONT juntou aos autos a minuta do Termo Aditivo n. 03 ao Contrato n. 08/2020 (evento [0997390](#)), remetendo à Assessoria Jurídica para análise ([0997391](#)).

A COFC atestou a disponibilidade orçamentária para o exercício 2023, uma vez que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização, juntou aos autos a Programação Orçamentária no valor de R\$ 2.162.913,00 (dois milhões, cento e sessenta e dois mil novecentos e treze reais) - evento 1000290. Contendo, ainda, a informação que despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro e que a Proposta Orçamentária de 2022 foi registrada no processo n. [0000150-50.2022.6.22.8000](#).

Recebidos os autos, a AJSAOFC exarou o Parecer Jurídico n. 86/2023 ([1000484](#)), no qual concluiu pela possibilidade jurídica da prorrogação do Contrato n. 08/2020 ([0542815](#)), por mais 12 (doze) meses, mantidos os demais termos e condições pactuados, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato, uma vez que há anuência expressa do representante da contratada (evento [0987449](#)), com a necessária complementação da garantia, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato nº 08/2020 (reproduzida na Cláusula Terceira da minuta de termo aditivo - evento [0997390](#)). Por fim, aprovou a minuta apresentada pela SECONT (evento [0997390](#)), por estar em conformidade com as regras da Lei n. 8.666/93 e atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam as contratações públicas, estando aptas, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade, igualmente, manifestou-se pela possibilidade da prorrogação pretendida, pelo prazo de 12 (doze) meses ([1001139](#)).

Vieram os autos para apreciação nesta Diretoria-Geral.

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, tendo em vista todo o processamento de sua contratação haver sido iniciado e concluído sob a égida do antigo regime jurídico de licitações e contratos administrativos, de modo que, em que pese recentemente revogado, deve-se aplicar ao presente feito.

Consoante dispõe o inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93, o primeiro requisito permissivo à prorrogação do contrato administrativo é que o serviço seja prestado de forma contínua. Com efeito, os serviços aqui tratados são de natureza contínua, uma vez que tal prestação não poderá sofrer interrupção, sem prejuízo da paralisação da prestação de serviços de assistência à saúde dos magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia.

O segundo requisito vem consubstanciado na assertiva: “*iguais e sucessivos períodos*”, situação que se amolda perfeitamente ao pleito da unidade gestora do contrato, que pleiteia a prorrogação pelo período de mais 12 (doze) meses, lapso idêntico àquele inicialmente ajustado.

Cumprir registrar, ainda, que o limite de 60 (sessenta) meses, previsto pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, não foi superado, pois se trata da terceira prorrogação do Contrato nº 08/2020.

O terceiro requisito que reside justamente na vantajosidade para a Administração, a qual, neste caso, destaca-se que, para fins de balizamento dos preços a serem contratados, há orientação do Tribunal de Contas da União no sentido de que as pesquisas de preços dos serviços sejam realizadas preferencialmente no âmbito dos órgãos e entidades da própria Administração Pública, em atenção ao art. 43, IV c/c 15, V, da Lei nº 8.666/93, devendo vir aos autos justificativas quando da impossibilidade e/ou inviabilidade.

Registra-se que tal orientação foi observada na pesquisa realizada pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), conforme consubstanciado na Informação 49 ([0990081](#)), especificamente em seu item “c”. **Contudo, a situação em análise possui algumas peculiaridades.** Nesse sentido, registra-se que os custos dos planos de saúde são definidos em função do perfil dos beneficiários (quantidade total,



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

quantidade por faixa etária, ocorrências de uso do plano por determinado período, etc.) e, ainda, do mercado onde a contratação é realizada. Todos esses fatores, conseqüentemente, determinam uma variação entre os diversos preços praticados.

Assim, embora realizada pesquisa que demonstra a compatibilidade dos preços atualmente contratados com aqueles verificados no mercado – não se verifica óbice, nas próximas prorrogações, se houver – à dispensa da pesquisa de preços, em razão da regra expressa contida na Subcláusula Sétima da Cláusula Décima Sexta do Contrato Administrativo nº 08/2020 ([0542815](#)), que prevê a adoção da variação anual acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística – IBGE, desde que o pedido seja apenas de prorrogação contratual mais o reajuste em sentido estrito. Até porque, não é desnecessário registrar a regra jurídica basilar que estabelece: *onde há igual razão de ser (ratio essendi) haverá idêntica razão de decidir (ratio decidendi)*.

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento ([0997390](#)) foi aprovada pela Assessoria Jurídica, cumprindo assim o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei de Licitações e Contratos. Registrando-se, tão somente a **alteração** da Cláusula Décima Nona do Contrato nº. 08/2020 (evento [0542815](#)), para a inclusão da cláusula “DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS” sobre a Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), que estabelece os procedimentos quanto à proteção de dados pessoais nas contratações do TRE-RO, e a **acrescentar** a Cláusula Vigésima (antiga décima nona), para constar a cláusula “DO FORO”, todas de cunho material que não impactam financeiramente a avença ou estipulam obrigações ilegais ou abusivas às partes contratantes, mas sim adequa o instrumento contratual aos normativos atualmente em vigor.

Com relação ao pedido de reajuste feito pela empresa UNIMED PORTO VELHO, condicionado à prorrogação da vigência contratual (evento [0987449](#)), vale destacar, consoante informado pela SAMES (unidade fiscalizadora) que "o marco inicial a partir do qual se computa o período de 12 (doze) meses para a aplicação do índice de reajustamento é a data de apresentação da proposta da contratada ou a do orçamento que, no caso concreto, deu-se em 21 de maio de 2020, portanto, o índice correto a ser aplicado é aquele que será divulgado ao final do mês de maio de 2023".

Em razão disso, tendo em vista que estes autos ainda não estão suficientemente instruídos com as informações necessárias acerca da concessão de reajuste contratual (tais como: índice a ser aplicado, minuta de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

apostila, programação orçamentária, etc.), deixo de apreciar o pedido da contratada UNIMED PORTO VELHO neste momento, para fazê-lo posteriormente, após a juntada de tais documentos.

Destarte, diante da possibilidade de prorrogação prevista no art. 57, II, da Lei n. 8.666/93, bem como do preenchimento de todos os requisitos legais e da previsão constante da Cláusula Sétima do contrato originário, adoto as seguintes providências:

1. AUTORIZO a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n. 08/2020, por mais 12 (doze) meses, de 17/06/2023 até 16/06/2024, com fundamento no inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Sétima do instrumento contratual supra citado, nos termos da minuta aprovada pela Assessoria Jurídica ([0997390](#)), condicionada à demonstração da disponibilidade orçamentária (art. 7º, § 2º, inc. III, da Lei n. 8.666/93); e

2. DETERMINO a notificação da Contratada para apresentar nova garantia contratual, correspondente à 5% (cinco por cento) do valor do contrato, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados da assinatura do termo aditivo, no valor de R\$ 260.185,59 (duzentos e sessenta mil cento e oitenta e cinco reais e cinquenta e nove centavos), prevista na Cláusula Nona, Subcláusula Terceira do Contrato Administrativo n. 08/2020 e já sistematizada na Cláusula Terceira da minuta constante do evento [0997390](#).

À SAOFC para prosseguimento e a **verificação prévia** à assinatura do termo aditivo, das **condições de habilitação da contratada**, conforme exigência do inciso XIII do art. 55 da Lei n. 8.666/93.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 08/05/2023, às 14:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1006249** e o código CRC **7FD99635**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos